



Este artigo está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição 3.0 Unported.

Você tem direito de:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato

Adaptar — remixar, transformar, e criar a partir do material para qualquer fim, mesmo que comercial.

De acordo com os termos seguintes:

Atribuição — Você deve dar o crédito apropriado, prover um link para a licença e indicar se mudanças foram feitas. Você deve fazê-lo em qualquer circunstância razoável, mas de maneira alguma que sugira ao licenciante a apoiar você ou o seu uso.

Sem restrições adicionais — Você não pode aplicar termos jurídicos ou medidas de caráter tecnológico que restrinjam legalmente outros de fazerem algo que a licença permita.



This article is licensed under a Creative Commons Attribution 3.0 Unported License.

You are free to:

Share — copy and redistribute the material in any medium or format

Adapt — remix, transform, and build upon the material for any purpose, even commercially.

Under the following terms:

Attribution — You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made. You may do so in any reasonable manner, but not in any way that suggests the licensor endorses you or your use.

No additional restrictions — You may not apply legal terms or technological measures that legally restrict others from doing anything the license permits.

MERIDIANO 47



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

Nº 74
Setembro – 2006

S U M Á R I O

- 2** | *11 de setembro de 2001: algumas das conseqüências após cinco anos*
Virgílio Arraes
- 4** | *O primeiro-ministro Abe e o país do sol nascente*
Alexandre Ratsuo Uehara
- 7** | *União Europeia: uma insípida rentrée política*
Raquel Patrício
- 9** | *Uma nova diplomacia: República Islâmica do Irã versus Estados Unidos e a intermediação da Alemanha na extensão do Tehran Case*
José Ribeiro Machado Neto
- 13** | *ONU: velhos problemas, novos desafios*
Karin Costa Vazquez
- 15** | *Pós-modernidade e Relações Internacionais*
Hugo Arend
- 18** | *O Brasil na contramão da proliferação nuclear*
Carlos Ribeiro Santana
- 20** | *A distribuição mundial de renda: caminhando para a convergência?*
Paulo Roberto de Almeida

11 de setembro de 2001: algumas das consequências após cinco anos

Virgílio Arraes*

Meia década após o atentado terrorista que pôs a inexpugnabilidade dos Estados Unidos em xeque, algo inesperado desde o ataque ao Havaí em dezembro de 1941 pelo Japão, há um desgaste progressivo, não obstante lento, do poderio norte-americano. Paradoxalmente, a corrosão decorre do próprio posicionamento do presente governo estadunidense, incapaz de conjugar de modo equilibrado os diferentes meios de que dispõe para executar o aparente objetivo maior de sua política externa: a estabilidade político-econômica do mundo pós- Guerra Fria.

Assegurada a estabilidade da Europa nos anos 1990, em virtude da afirmação da União Européia (UE), da suspensão dos conflitos militares na região balcânica e da incorporação gradativa à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) dos antigos países membros do Pacto de Varsóvia, os Estados Unidos almejam estender o projeto das democracias neoliberais para o Oriente Médio e adjacências, com o objetivo de aproximar ainda mais os vínculos entre as elites governamentais.

Como decorrência de uma possível alteração política, as econômicas suceder-se-iam de modo mais fácil, de maneira que possibilitassem o acesso ocidental aos recursos naturais – a saber combustíveis fósseis – diretamente. Em um primeiro momento, isto poderia ocorrer por meio de parcerias entre corporações multinacionais e companhias estatais, boa parte delas estabelecidas ou reestruturadas a partir da primeira metade da década de 1970, no período sucedâneo ao do I Choque do Petróleo.

De início, houve consenso entre os formuladores e executores da política externa estadunidense sobre quais países médio-orientais se deveria lançar o ideário da abertura, de modo que eles se adaptassem às

diretrizes vigentes de acordo com a ótica ocidental: Irã e Iraque, vistos como regimes opressores, embora de distintos matizes culturais – em 2002, os dois formariam o ‘Eixo do Mal’ da Casa Branca ao lado da Coreia do Norte. O ataque a Nova York, em setembro de 2001, com quase três mil mortes obrigaria o governo Bush a deslocar, de modo momentâneo, a atenção para um novo alvo, a despeito das incertezas iniciais para quem se endereçaria a retaliação, conforme declaração do antigo Diretor da Central Intelligence Agency (CIA), James Woolsey, ao diário *Washington Post* no dia seguinte à destruição das torres gêmeas.

Na mesma noite do 11 de setembro, o Presidente Bush afirmou que era a guerra contra o terrorismo, sem indicar, contudo, o oponente. Todavia, mesmo sem ainda apontar responsáveis, Paul Wolfowitz, número dois do Departamento de Defesa, sustentaria que a resposta governamental açambarcaria muito mais que meros grupos combatentes, visto que a ação norte-americana atingiria países ou mesmo sistemas atrelados à defesa do terror.

No entanto, a hesitação primeira foi posta de lado e identificar-se-ia no Afeganistão a origem da intempestiva agressão. Tendo em vista ter sido um ‘ato de guerra’ claro, de acordo com as palavras do Senador John McCain, o governo talibã, outrora aliado norte-americano no combate à presença soviética no país durante os anos 1980, seria defenestrado do poder, algo considerado, em um primeiro momento, como definitivo. Desta forma, possibilitar-se-ia a oportunidade para remodelar política e economicamente aquela parte do globo.

Decidida supostamente a fase afegã, retomou-se o projeto rumo ao Iraque. Diante de uma ditadura carcomida por duas grandes guerras – Irã-Iraque

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – iREL-UnB (arraes@unb.br).

(1980-1988) e Golfo (1991) –, por sanções econômicas e por preços debilitados do petróleo, os Estados Unidos acreditaram que a opinião pública, tanto interna como externa, ser-lhe-ia favorável se se provocasse a substituição do regime de Saddam Hussein, já anacrônico após o fim da Guerra Fria. Veiculou-se a imagem de que o governo autoritário iraquiano, porém de cunho secular, comungaria do mesmo ideário do talibã e da Al-Qaeda, de extração fundamentalista.

Ambos seriam antiocidentais e desfrutariam de armas de destruição em massa e, por conseguinte, deveriam ser contidos ou mesmo eliminados, a fim de garantir a segurança do mundo democrático, portanto, 'livre'. Em comum, apenas o fato de terem sido aliados estadunidenses durante a época da bipolaridade amero-soviética. Recentemente, o Comitê de Informação do Senado dos Estados Unidos asseguraria a divergência entre ambos em um relatório de pouco mais de 350 páginas e, destarte, corroborando análises preliminares da CIA.

Diante de um Estado falido, viabilizou-se a perspectiva de que a invasão derrubaria rapidamente

o governo e receberia o apoio da população local, fatigada do isolamento internacional e da pobreza. Três anos passaram-se e não se vislumbra a hipótese de, no curto prazo, haver a vitória. O Iraque fragmenta-se ainda mais e obtém mais espaço político exatamente os grupos de inclinação religiosa, oposto daquilo que os Estados Unidos haviam previsto.

Decorridos cinco anos, o fracasso da incursão norte-americana é evidente: duas guerras tornadas temerárias e a expectativa de mais uma, desta vez contra o Irã; enfraquecimento do modelo democrático, ao constituir campos prisionais como o de Guantánamo, com inúmeras denúncias de desrespeito aos direitos humanos, ou de prisões secretas fora do território americano, conforme admitido recentemente pelo Presidente Bush, e ao monitorar cidadãos, sem autorização das autoridades judiciárias e, por conseguinte, restringir direitos individuais; e, por fim, descrédito dos organismos internacionais, ao privilegiar a utilização da força individualmente em detrimento da negociação no âmbito multilateral.



O que é o IBRI

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o IBRI desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a *Revista Brasileira de Política Internacional* – RBPI.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, João Paulo Peixoto, Pedro Motta Pinto Coelho.

Para conhecer as atividades do IBRI, visite a homepage em <http://www.ibri-rbpi.org.br>